



1Doc

Ofício 1.618/2025

De: Patrícia N. - GAP

Para: Câmara Municipal de Ponte Nova

Data: 19/11/2025 às 14:06:29

Setores envolvidos:

GAP

Câmara Municipal de Ponte Nova (MG)



PROTOCOLO GERAL 1356/2025

Data: 25/11/2025 - Horário: 14:41
Legislativo

Projeto 4162/2025

2025.

À Sua Excelência o Senhor

Wellington Sabino de Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova

Ponte Nova – MG

Assunto: Projeto de Lei 4.162/2025

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, para apreciação dessa Casa, o PROJETO DE LEI N° 4.162/2025, que "Estabelece a Política e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN- Ponte Nova), define seus componentes e instrumentos de gestão, e dá outras providências".

Atenciosamente,

Ponte Nova, 19 de novembro de

Assinado por 1 pessoa: MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/E9D7-B4F0-82DF-672A> e informe o código E9D7-B4F0-82DF-672A



Milton Teodoro Irias Junior
Prefeito Municipal





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E9D7-B4F0-82DF-672A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR (CPF [REDACTED].XXX.XXX-[REDACTED]) em 19/11/2025 14:11:53 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/E9D7-B4F0-82DF-672A>



Secretaria Camara Ponte Nova <secretaria2@pontenova.mg.leg.br>

Projeto 4162

1 mensagem

Gabinete Prefeitura Municipal de Ponte Nova <gabinete@pontenova.mg.gov.br>

24 de novembro de 2025 às
16:59

Para: Secretaria Camara Ponte Nova <secretaria2@pontenova.mg.leg.br>

Boa Tarde

Segue em anexo , o Ofício 1618 e o Projeto 4162/2025 "Estabelece a Política e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN-Ponte Nova), define seus componentes e instrumentos de gestão, e dá outras providências."

Favor confirmar o recebimento.

Patrícia Porto.

2 anexos



proj4162 SISAN.pdf
265K



gab1618 proj4162.pdf
72K



Ato oficial 4.162/2025

De: Patrícia N. - GAP

Para: GAP - Gabinete do Prefeito

Data: 19/11/2025 às 14:01:41

Setores envolvidos:

GAP, SEMASH

Estabelece a Política e o Sistema Municipal de Segurança

Anexos:

proj4162_SISAN.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 4.162/2025

Estabelece a Política e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN-Ponte Nova), define seus componentes e instrumentos de gestão, e dá outras providências.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Vereadores(as),

Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, que estabelece a Política e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN-Ponte Nova), em plena consonância com a Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A segurança alimentar e nutricional, conforme define a legislação nacional, constitui-se como um direito fundamental da pessoa humana. Trata-se de assegurar a todos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que isso comprometa o atendimento de outras necessidades essenciais, em um modelo que respeite a diversidade cultural e seja social, econômica e ambientalmente sustentável.

A presente proposição legislativa adota uma estratégia de consolidação normativa. Embora o Município já possua leis que criaram o Conselho (COMSEA) e a Câmara Intersetorial (CAISAN), este Projeto de Lei os integra, juntamente com os demais componentes e instrumentos de gestão, em um único e coeso marco legal. Tal abordagem não representa uma redundância, mas uma escolha técnica deliberada para conferir maior segurança jurídica, clareza administrativa e sustentabilidade à política pública, evitando a fragmentação de normas e garantindo que a estrutura de governança da segurança alimentar e nutricional esteja protegida e fortalecida.

No âmbito municipal, é imprescindível a criação de uma legislação específica e autossuficiente que:

- Estabeleça diretrizes e responsabilidades locais claras na execução de políticas públicas voltadas à promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA);
- Articule ações intersetoriais entre as políticas de assistência social, saúde, educação, agricultura, meio ambiente, abastecimento e desenvolvimento econômico;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Fortaleça os conselhos e conferências municipais como espaços legítimos de participação e controle social;
- Possibilite e fortaleça o acesso do município aos programas, recursos e instrumentos de cooperação dos Governos Estadual e Federal. A formalização do SISA-Municipal é, frequentemente, um requisito para a participação em programas estratégicos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e para a otimização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que priorizam a compra de produtos da agricultura familiar, fomentando a economia local e gerando renda para os produtores de Ponte Nova.
- A instituição da Política Municipal por meio desta lei representa, ainda, um significativo avanço na gestão pública. Ela cria o alicerce jurídico necessário para a alocação de dotações orçamentárias específicas para as ações de segurança alimentar e nutricional, conferindo maior transparência e permitindo um controle social mais efetivo sobre os recursos públicos destinados ao enfrentamento da fome e da insegurança alimentar. Dessa forma, o Projeto de Lei ora encaminhado busca instituir os instrumentos legais e administrativos que permitirão ao Município consolidar uma política pública efetiva e sustentável, reafirmando o compromisso da gestão municipal com o direito humano à alimentação adequada, em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável.

Diante do exposto, e convictos da relevância desta matéria para a articulação de políticas públicas integradas e para a melhoria da qualidade de vida da população, contamos com o indispensável apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Ponte Nova, 19 de novembro de 2025.

Milton Teodoro Irias Junior
Prefeito Municipal

Lazinier Serrano Gonçalves

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS
PROJETO DE LEI Nº4.162/2025

Estabelece a Política e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN-Ponte Nova), define seus componentes e instrumentos de gestão, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece a Política e o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN-Ponte Nova), em consonância com os princípios, diretrizes e definições da Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada no âmbito do Município de Ponte Nova.

Art. 2º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Art. 3º Incumbe ao Poder Público Municipal, em colaboração com a sociedade civil, adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional de toda a população.

Parágrafo único. A adoção das políticas e ações referidas no *caput* deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade.

Art. 4º Compete ao Poder Público Municipal, no âmbito da política de que trata esta Lei:

I - Avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para a sua exigibilidade;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Empenhar-se na promoção de cooperação técnica com os governos Federal, Estadual e dos demais municípios, de modo a contribuir para a realização do direito humano à alimentação adequada.

III - Promover a educação alimentar e nutricional, visando contribuir para uma vida saudável a partir de processos continuados e estratégias que considerem a realidade local e as especificidades de cada indivíduo e seus grupos sociais.

IV - Adotar medidas para o enfrentamento dos distúrbios e doenças decorrentes da alimentação inadequada e para a efetivação do controle público sobre a qualidade nutricional dos alimentos.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DOS COMPONENTES DO SISAN-PONTE NOVA

Art. 5º Integram o SISAN no âmbito do Município de Ponte Nova, doravante denominado SISAN-Ponte Nova:

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

II - o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA);

III - a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal);

IV - os órgãos e as entidades da administração pública municipal afetos à área de segurança alimentar e nutricional;

V - as instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação é o órgão gestor do SISAN-Ponte Nova, competindo-lhe, entre outras atribuições:

I - Prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao funcionamento do COMSEA e da CAISAN-Municipal;

II - Coordenar a elaboração e a execução orçamentária dos programas e ações do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

III - Exercer a função de Secretaria-Executiva do COMSEA e da CAISAN-Municipal.

CAPÍTULO III

DAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DO SISEAN-PONTE NOVA

Seção I Da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Art. 7º A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é a instância responsável por indicar ao COMSEA as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como por avaliar o SISEAN-Ponte Nova.

§ 1º A Conferência Municipal será convocada pelo COMSEA, com periodicidade não superior a 4 (quatro) anos.

§ 2º A Conferência Municipal será precedida de etapas preparatórias, a serem realizadas nos distritos ou de forma regionalizada, conforme critérios e organização definidos pelo COMSEA, visando à ampla participação social.

Seção II Do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA)

Art. 8º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) é órgão de caráter consultivo e deliberativo, com as seguintes atribuições:

I - Convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento;

II - Propor, considerando as deliberações da Conferência Municipal, as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo as propostas orçamentárias para a sua consecução;

III - Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais componentes do SISEAN-Ponte Nova, a implementação da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

IV - Aprovar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

V - Instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional em nível estadual e federal;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

VI - Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações de segurança alimentar e nutricional;

VII - Elaborar e aprovar seu regimento interno.

§ 1º O COMSEA será composto por:

I - 1/3 (um terço) de representantes do Poder Público Municipal;

II - 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil.

§ 2º Os critérios e procedimentos para a escolha dos representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, serão definidos e aprovados na Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, garantindo a representação dos diversos segmentos sociais relacionados à segurança alimentar e nutricional.

§ 3º O mandato dos representantes da sociedade civil será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 4º O COMSEA será presidido por um de seus integrantes, representante da sociedade civil, eleito entre seus pares.

§ 5º A participação no COMSEA será considerada serviço público de relevante interesse e não será remunerada.

Seção III

Da Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal)

Art. 9º A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN-Municipal) é a instância de articulação, gestão e execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Poder Executivo, com as seguintes atribuições:

I - Elaborar a proposta da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal e do COMSEA, indicando metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Coordenar a execução da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, articulando as políticas e programas das diferentes secretarias;

III - Monitorar e avaliar os resultados e o impacto da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, prestando contas ao COMSEA.

§ 1º A CAISAN-Municipal será composta, no mínimo, pelos titulares dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, que a coordenará;

II - Secretaria Municipal de Saúde;

III - Secretaria Municipal de Educação;

IV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

V – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural;

V - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbanismo.

§ 2º Poderão ser convidados a integrar a CAISAN-Municipal, por ato do Chefe do Poder Executivo, titulares de outras Secretarias e órgãos da administração municipal cuja atuação seja relevante para a segurança alimentar e nutricional.

CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SAN

Art. 10. São instrumentos de gestão da Política e do SISA-Ponte Nova o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema de Monitoramento e Avaliação.

Art. 11. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da política de SAN, devendo ter periodicidade compatível com o Plano Plurianual (PPA) do Município.

Parágrafo único. O Plano será elaborado pela CAISAN-Municipal, em diálogo com o COMSEA, e submetido à aprovação deste último.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 12. O Poder Executivo, por meio do órgão gestor do SISAN-Ponte Nova, desenvolverá e manterá um sistema de monitoramento e avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional do Município e da execução do Plano Municipal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Nova, xx de de 2025.

Milton Teodoro Irias Junior
Prefeito Municipal

Lazinier Serrano Gonçalves
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AD1A-A3B2-43BA-A161

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR (CPF [REDACTED].XXX.XXX-[REDACTED]) em 19/11/2025 14:14:21 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ LAZINIER SERRANO GONCALVES (CPF [REDACTED].XXX.XXX-[REDACTED]) em 19/11/2025 14:36:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pontenova.1doc.com.br/verificacao/AD1A-A3B2-43BA-A161>